

PAISAGEM E PATRIMÔNIO DAS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS COMO ELO RAIANO NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI

Landscape and heritage of the Jesuit-guarani mission as a streak link on the border among Brazil, Argentina and Paraguay

Yuri Potrich Zanatta

Graduado em Arquitetura e Urbanismo e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutorando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil.
yuripotrichzanatta@hotmail.com

Reginaldo José de Souza

Graduado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente da graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Brasil.
reginaldo.souza@uffs.edu.br

Recebido: 03/07/2025

Aceito: 17/10/2025

Resumo

Esse artigo apresenta resultados de uma dissertação de mestrado cujo objetivo foi produzir um estudo interdisciplinar entre Geografia e Arquitetura para compreender o papel da paisagem e do patrimônio enquanto elementos de aproximação cultural e social entre povos na fronteira. Aplicado aos remanescentes arquitetônicos das missões jesuítico-guaranis, discutiu-se seu potencial para promover o desenvolvimento regional transfronteiriço da faixa de fronteira que compreende o noroeste do Rio Grande do Sul/Brasil; a província de *Misiones*/Argentina; e o departamento de *Itapúa*/Paraguai. Esse recorte é caracterizado por desenvolvimento opaco, com falta de projetos e políticas públicas que promovam desenvolvimento regional e conexões entre os países. Analisa-se esse complexo cultural em busca de possíveis relações raianas, ou seja, relações sociais que ultrapassam os limites territoriais tendo em vista as continuidades paisagísticas produzidas pelas comunidades. Discute-se o potencial dessas relações na construção de aproximações políticas, culturais e econômicas nesse território, promovendo a integração internacional. Os procedimentos metodológicos contaram com pesquisa bibliográfica, trabalho de campo na fronteira e duas metodologias de apreensão paisagística: Catálogo da Paisagem Urbana e Avaliação Topoceptiva do Lugar. Os resultados apontam para aproximações incipientes entre as gestões dos sítios históricos, mas indicam que as comunidades apresentam vinculações com o patrimônio mais intensas do que é perceptível na paisagem, ocasionando um descompasso entre a atuação territorial dos órgãos de gestão e os vínculos afetivos das populações com o patrimônio missioneiro.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Raia Sociocultural, Desenvolvimento Regional, Cooperação Internacional, Turismo.

Abstract

This article presents the results of a master's dissertation whose objective was to produce an interdisciplinary study between Geography and Architecture to understand the role of landscape and heritage as elements of cultural and social rapprochement between peoples on the border. Applied to the architectural remains of the Jesuit-Guarani missions, their potential to promote cross-border regional development of the border strip that includes the northwest of Rio Grande do Sul/Brazil; the province of Misiones/Argentina; and the department of Itapúa/Paraguay was discussed. This section is characterized by opaque development, with a lack of projects and public policies that promote regional development and connections between countries. This cultural complex is analyzed in search of possible border relations, that is, social relations that go beyond territorial limits, considering the landscape continuities produced by the communities, and the potential of these relations in the construction of political, cultural and economic approximations in this territory, promoting international integration, is discussed. The methodological procedures included bibliographical research, fieldwork on the border and two methodologies for landscape apprehension: Urban Landscape Catalog and Topoceptive Assessment of the Place. The results point to incipient approximations between the management of the historical sites, but indicate that the communities have greater links with the heritage than is perceptible in the landscape, causing a mismatch between the territorial action of the management bodies and the affective ties of the populations with the missionary heritage.

Keywords: Cultural Heritage, Sociocultural Streak, Regional Development, Border Integration, Tourism.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo apresenta os principais resultados e discussões de uma investigação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGGeo/UFFS). A dissertação, intitulada “Paisagem, patrimônio e políticas públicas: as missões jesuítico-guaranis como elo raiano na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai”, teve como objetivo “produzir um estudo interdisciplinar entre Geografia e Arquitetura para compreender o papel da paisagem e do patrimônio histórico enquanto elementos de aproximação cultural e social entre povos em situação de fronteira” (Zanatta, 2022, p. 16). Mais especificamente, investigar a existência de dinâmicas fronteiriças a partir dos remanescentes das missões jesuítico-guaranis e discutir a relevância da paisagem e do patrimônio enquanto categorias de interpretação de relações geográficas e culturais comuns em áreas de fronteira. Para isso, utilizou-se como ponto de partida as chaves de leitura da paisagem e do patrimônio histórico para construir uma interpretação crítica sobre o potencial desses remanescentes arquitetônicos e arqueológicos como elementos bases para o desenvolvimento regional da faixa de fronteira compreendida pelo noroeste do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil; a província de *Misiones*, na Argentina; e o departamento de *Itapúa*, no Paraguai (Figura 1).

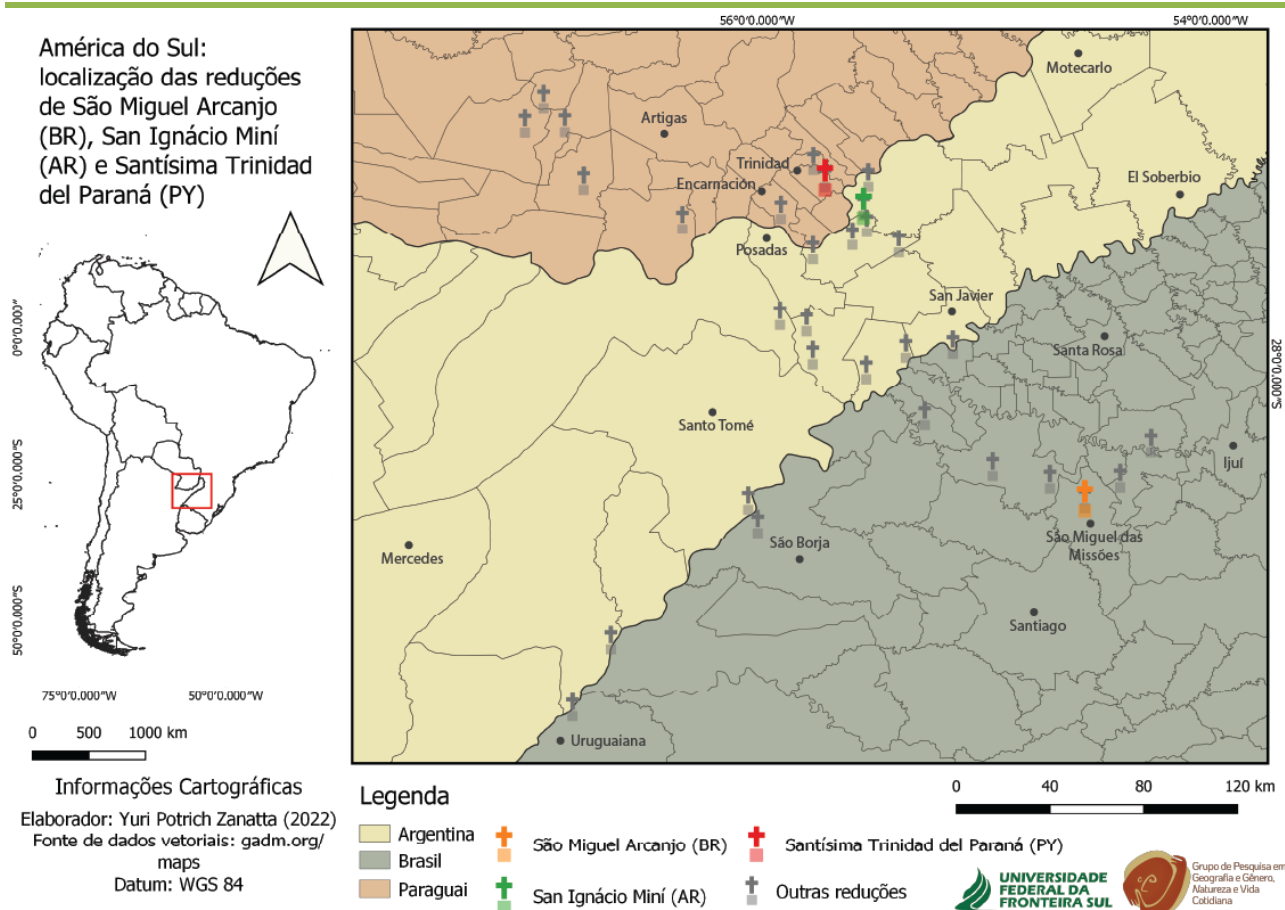


Figura 1 – Localização das reduções jesuítico-guaranis estudadas.

Fonte: Autores (2022).

O objeto de estudo, as missões jesuítico-guaranis da Companhia do Paraguai, conforma um conjunto de 30 aldeias fundadas por padres jesuítas para a catequização dos povos indígenas situados na bacia do rio da Prata, principalmente advindos da etnia guarani, entre os séculos XVI e XVIII. A criação das “reduções” – como eram chamadas essas aldeias – tinha o intuito de reforçar a ação de persuasão nas comunidades, proporcionando maior imersão e eficiência doutrinária, além de possibilitar rigoroso controle tributário em prol da coroa espanhola (Gutierrez, 1987). Para promover maior êxito, os jesuítas entenderam que deveriam proteger determinados traços culturais dos povos guarani, tais como o idioma, os meios de produção e seus cultivos, a estrutura de assentamentos próprios e o respeito à estruturação política e hierarquias internas. Porém, consideraram que era necessário influenciar práticas contrárias aos dogmas cristãos, como a poligamia e o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, fazendo com que as diretrizes

de implantação não fossem muito rígidas, pois deveriam levar em conta as realidades locais (Cordeiro, 2016).¹

Devido a diferentes características, como escala e materialidade dos assentamentos, além dos processos locais de saques e incêndios, nem todas as reduções sobreviveram à ação do tempo e da história. Das 30 reduções, apenas 18 apresentam vestígios materiais atualmente, sendo sete no Paraguai, sete na Argentina e quatro no Brasil (Stefano *apud* Soster, 2014). No fim do século XX, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconheceu sete dessas reduções como Patrimônio Mundial da Humanidade: em 1983 foram inscritas quatro reduções no atual território argentino (*San Ignacio Miní*, *Santa Ana*, *Nuestra Señora de Loreto* e *Santa Maria Mayor*) e uma em território brasileiro (São Miguel Arcanjo). Em 1993, a instituição incluiu dois sítios paraguaios (*La Santísima Trinidad del Parana* e *Jesús de Tavarangue*). Segundo interpretação de Soster (2014), as reduções de São Miguel Arcanjo, no Brasil (Figura 2); *San Ignacio Miní*, na Argentina (Figura 3); e *Santísima Trinidad del Parana*, no Paraguai (Figura 4), são as que possuem melhor estado de conservação e, conseqüentemente, os sítios arqueológicos que concentram a maioria das estratégias de intervenção nos três países. Por esse motivo e considerando a exequibilidade da pesquisa, essas três reduções foram selecionadas como recorte de estudo.

A região analisada é caracterizada pelo Ministério da Integração Nacional como uma área que comporta relações sinápticas e capilares, com presença de cidades gêmeas que nem sempre são alimentadas por pontes de ligação. As relações sinápticas se configuram como alto grau de interação apoiadas pelos Estados nacionais a partir de infraestruturas de comunicação e mecanismos de incentivo ao intercâmbio, além da regulamentação de dinâmicas comerciais e de mercado (Brasil, 2009). O documento, entretanto, avalia que tal recorte das missões necessita de mecanismos de dinamização, pois apresenta desenvolvimento opaco devido à precariedade das infraestruturas, no que tange principalmente à exploração fluvial e à quantidade e grau de preservação de suas rodovias. Além disso, faltam pontes de ligação e não existem postos de fronteira em diversas cidades. Mesmo passada mais de uma década dessa avaliação, atualmente, no lado brasileiro, esses problemas ainda são perceptíveis e servem como barreiras à integração fronteiriça, dificultando a fluidez das dinâmicas espaciais.

¹ Para uma historiografia detalhada sobre aspectos históricos, políticos, sociais e culturais das missões jesuítico-guaranis, recomendamos Sebe (1982), Quevedo (1996), Custódio (2002), Oliveira e Freire (2006), Soster (2014), Cordeiro (2016) e O'Malley (2017).



Figura 2 – Redução de São Miguel Arcanjo, Brasil.
Fonte: Autores (2022).



Figura 3 – Redução de San Ignacio Miní, Argentina.
Fonte: Autores (2022).



Figura 4 – Redução de *Santísima Trinidad del Paraná*, Brasil.

Fonte: Autores (2022).

Nessa seara, entendemos que regiões fronteiriças “podem se constituir em um novo território com peculiaridades que não condizem necessariamente aos contextos de seus respectivos governos centrais” (Souza, 2010, p. 87) e que as particularidades desses territórios podem se constituir como possibilidades de aproximação política, econômica e social. Ou seja, as semelhanças naturais e culturais na fronteira podem configurar elementos de aproximação e servir como base para políticas transnacionais de desenvolvimento territorial. Dessa premissa surge a noção de raia, isso é, áreas de integração que ultrapassam os limites políticos, considerando a continuidade paisagística das relações ali expressas. No caso das missões jesuítico-guaranis, o processo de ocupação territorial não se restringiu a um ou outro território nacional (antes ou depois da delimitação das fronteiras atuais), o que criou uma continuidade de relações sociais – e paisagísticas – que pode configurar um elo raiano entre os atuais Estados do Brasil, Argentina e Paraguai.

A reflexão principal dessa pesquisa é se a herança cultural e os remanescentes arqueológicos desses sítios históricos podem servir como elementos balizadores de políticas de integração transnacional nessa faixa de fronteira, através do potencial educativo e turístico desses elementos, considerando o intercâmbio cultural, o fluxo de

peças, a possibilidade de redes de interação e gestão conjunta, além de iniciativas de educação patrimonial em vista à valorização e preservação desses patrimônios. Tomamos como estratégia analisar esses fatores a partir do conceito de raia, da continuidade paisagística e dos valores patrimoniais atribuídos a esses elementos históricos. Nas próximas seções apresentaremos o debate teórico desses conceitos, os instrumentos metodológicos utilizados na realização dos procedimentos de campo e os principais resultados obtidos através da convergência entre referencial teórico e a vivência paisagística na fronteira, realizada através de trabalho de campo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse trabalho, tratamos da contemplação estética da paisagem como um elemento de interpretação ética do mundo. A paisagem é aqui tomada como um ato político: um instrumento de valorização ambiental, social e cultural das comunidades. Claval (2014, p. 235) nos coloca que, a partir dos anos 1970, a paisagem passou a adquirir papel relevante entre os geógrafos pelo modo como ela influencia as interações humanas, pois “o indivíduo não é indiferente ao que vê” e “a paisagem não é talhada por aquele que a habita ou visita. Ela faz, de certa forma, parte do seu ser”. Para o autor, a paisagem é repleta de símbolos: alguns concebidos e instaurados como tais, enquanto outros construídos indiretamente, por derivação, construindo indicadores espaciais que apontam até onde começa o território de determinada cultura e onde ele termina. A paisagem é apreendida, portanto, “nas relações complexas que os homens alimentam com ela.” (p. 240).

Sobre essa dimensão simbólica, Cosgrove (2012, p. 226) explica:

Na paisagem, o bosque sagrado ou a fonte sagrada, o local da batalha que afundou ou salvou uma nação, são lugares de intenso significado cultural pelos quais os não iniciados passam. Revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, representar essa paisagem em um nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos. Uma vantagem que temos ao tratar a paisagem dessa maneira é que muitos de seus significados estão “naturalmente” encontrados no sentido de que seu ponto de partida é algo comum à nossa experiência, na medida em que somos parte da natureza, por exemplo, quando associamos o prado na primavera com o aparecimento de vida nova, ou o pomar do outono como melancolia.

De um ponto de vista semelhante, Aziz Ab'Saber entende a paisagem como uma herança de processos fisiográficos e biológicos e como “patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” (Ab'Saber, 2007, p. 9). Para nós, o uso da palavra “herança” é cirúrgico para a compreensão da paisagem que propomos nesse trabalho: herança significa os patrimônios, bens, tradições,

direitos e dívidas deixados de uma geração para a outra. Assim, existe um potente princípio de responsabilização do cuidado que devemos ter com a paisagem para manter viva a memória dos grupos sociais que compuseram a história daquele espaço pois, como herança, as sociedades devem assumir o compromisso de salvaguarda de suas paisagens e seus bens patrimoniais.

No campo do planejamento do espaço, a paisagem é abarcada como um instrumento de projeto em diferentes escalas: paisagismo, espaços públicos, parques, organização da cidade e zoneamento urbano. Como imagem de uma organização espacial, a paisagem transforma-se em instrumento poderoso para a compreensão das relações espaciais contidas em determinado território, ou até a projeção de algo novo. Para Besse (2014), ela ocupa atualmente um lugar crucial nas preocupações sociais e políticas do planejamento das cidades, sobretudo levando em consideração o quadro de vida oferecido às populações, além de conformar um elemento chave para a identidade dos lugares. Nesse sentido, a paisagem pode ser tomada como um produto e um sistema que leva em conta a percepção humana sobre o espaço:

[...] como **produto** porque é resultado de um processo social de ocupação e gestão de um território; e como um **sistema**, na medida que a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, no caso equivalendo ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total. Estas duas posturas se interpenetram e são totalmente dependentes uma da outra, como também é um fato que toda paisagem está ligada a uma ótica de percepção humana, a um ponto de vista social e que sempre representa total ou parcialmente um ambiente (Macedo, 1993, p. 11, grifos do autor).

A perspectiva de Macedo alinha-se à ideia da paisagem marca-matriz, teorizada por Augustin Berque. Para o autor, “A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas também é uma *matriz*, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.” (Berque, 2004, p. 84-85, destaques do autor). Como marca, a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada a fim de conhecer os processos físicos, mentais e sociais implicados na sua composição. Como matriz, ela determina a percepção do olhar, a apreensão do espaço e a experiência estética com ele, desenhando-se como fator plurimodal e atuando como agente passivo-ativo-potencial: paisagem e sujeito (sujeito coletivo, ou seja, a sociedade) configuram um conjunto unitário co-integrado que se autoproduz e auto reproduz (Berque, 2004).

Em uma perspectiva filosófica, Adriana Serrão (2013, p. 11) interpreta que a paisagem é uma “categoria mista, cultural pela forma e natural pelo conteúdo, [...] uma síntese de subjectividade e objectividade, duplicidade de realidade e idealismo, em que Vida e intuição

de Vida são indissociáveis”. Segundo ela, é cada vez mais enraizada na sociedade atual a perspectiva de que há um declínio do mundo natural devido à ação humana, cabendo à paisagem o intuito de reconectar o ser humano com a natureza, como uma terceira zona ontológica entre essas duas esferas. Assim, para além da ética subjetiva, impõe-se uma objetividade moral no tratamento do espaço:

A experiência estética, enquanto atitude de reflexão e prazer, que capta as coisas como elas são e as conserva sem intervir no seu ser, prestando atenção à presença do que está próximo, detém um lugar privilegiado no conjunto das dimensões humanas. É por esta razão que quando se passa do plano da contemplação para o da acção – em resposta à interrogação “o que devo fazer?” - esta comporta já uma ética da não violência, que modela o agir segundo o desinteresse, o respeito e o cuidado para com o outro (Serrão, 2013, p. 21-22).

Tal afirmação é embasada pela ideia apresentada por Simmel (2009) de que a experiência estética da paisagem configura uma ponte entre a unidade do espírito e a Natureza. Nesse sentido, levando em consideração a teoria que apresentamos até aqui, indagamos se a apreciação paisagística não poderia servir como instrumento de educação ética, social e ambiental para as comunidades. Sobretudo aplicado a espaços patrimoniais que tiveram sua produção em tempos antigos/anteriores e que, hoje, representam outros tipos de ligação entre outros espíritos e a natureza, outras formas de se apropriar dela e de construir relações sociais e territoriais.

Será que o posicionamento e a atuação espacial dos sujeitos e dos órgãos públicos gestores dos sítios históricos das missões está ligado a essa leitura paisagística do espaço? Aquele complexo cultural abarca cosmovisões distintas na relação com o território, pois a cosmovisão do guarani era diferente da cosmovisão do jesuíta. Além disso, juntas, essas duas culturas constroem uma terceira cosmovisão a partir da fusão cultural de jesuítas e guaranis, que se expressa na paisagem e que são, hoje, interpretadas a partir do sujeito contemporâneo, constituído por outras visões de mundo. Aqui, a educação paisagística, isso é, o apreender esteticamente a paisagem, é tomada como um instrumento de valorização da cultura dos povos em vista à responsabilização pela manutenção desses traços. Também, permite perceber o que se pode aprender com eles e repensar as nossas práticas atuais de mundo.

Em Rosário Assunto (2013), a paisagem é o ajuizamento estético do espaço, o momento no qual o ser humano aprecia determinado ambiente a partir de uma perspectiva estética. Essa esteticidade, porém, não é olhar para o espaço inocentemente ou sem compromisso: é, sobretudo, perceber nuances da atuação humana que vão de encontro com a vida, ajuizar as condições de existência e sobrevivência, as relações sociais entre

os seres e como cada indivíduo valoriza as dimensões do seu existir (os lugares, os territórios, os ambientes, as paisagens, a natureza).

Tendo em vista essa discussão, a dimensão da raia entra como uma possibilidade teórico-metodológica de interpretação de regiões fronteiriças partindo da continuidade de elementos socioculturais que se expressam na paisagem. A leitura da fronteira a partir da paisagem apresenta a potencialidade de interpretar tal espaço geográfico a partir das práticas sociais, das trocas culturais e econômicas, em uma perspectiva de aproximação entre as nações. Souza (2018, p. 389), ao discutir a fronteira, afirma que tradicionalmente cabe ao conceito de território esse papel:

[...] a projeção das relações de poder no espaço geográfico é o fator central para o entendimento do território e, assim, essa dimensão da vida social é concebida quase unanimemente como a base das contradições e conflitos entre classes sociais, movimentos sociais, empreendimentos, facções e nações.

Entretanto, discutimos a possibilidade de outra lógica, mais voltada à integração dos bens culturais e patrimoniais: a apreensão estética da paisagem nos aproxima ao estatuto ético de outras relações com o espaço, tomando o território a partir de um redimensionamento do seu sentido político, na ótica da integração e não da separação de recortes espaciais regidos por diferentes governos.

Souza (2015) argumenta que raias são efeitos das relações fronteiriças que não instituem os limites estatais como barreiras. As raias estariam mais voltadas à compreensão de semelhanças entre dinâmicas espaciais que produzem paisagens que se aproximam, mesmo que situados em territórios que tendem a se afastar. As raias seriam produto da diversidade social, fluxo de pessoas, informações e mercadorias que configuram áreas de influência cultural onde as dinâmicas da sociedade ocorrem sobre um conjunto relativamente homogêneo de elementos naturais, não restringindo-se aos limites impostos por acordos políticos (as fronteiras). Nessa seara, Bosa (2019) defende que, para existir uma raia, é necessária uma ligação proporcionada por algum elemento comum entre os distintos territórios, seja esse elemento de caráter natural, cultural ou paisagístico. Nesse sentido, a conceituação de raia direciona-se a um entendimento de dinâmicas de fronteira mais integradoras do que separativas.

Assim, estudar a fronteira enquanto raia ultrapassa o seu aspecto de definição política que delimita até onde vai a atuação das normas jurídicas de um governo. É, sobretudo, considerar determinado recorte espacial como uma possibilidade de atuação conjunta entre os territórios em vistas ao desenvolvimento econômico, social e cultural a partir de uma relação mais amigável entre os indivíduos e com a natureza e a paisagem. A raia, portanto,

configura espaços “ocupados, produzidos e (des)ordenados de acordo com diferentes usos econômicos, contextos políticos e emergências culturais, mas, cujo contato provoca um efeito de hibridização” (Souza, 2015, p. 80).

Tendo por base essa possibilidade teórico-metodológica, refletimos se determinada produção paisagística, comum em ambos os lados de uma fronteira, pode ser tomada como elemento que promova a ética territorial. Essa continuidade de paisagens e produções culturais, na formação de identidades territoriais, pode aproximar povos que, historicamente, foram separados por (des)acordos políticos? No recorte analisado, a paisagem das missões jesuítico-guaranis pode constituir um elo raiano entre Brasil, Argentina e Paraguai?

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica sobre as missões e os conceitos norteadores do trabalho: paisagem, patrimônio e raia. Além disso, realizou-se trabalho de campo na fronteira e nos três sítios históricos elencados para compreender suas dinâmicas locais, quais as estratégias de musealização dos bens, a gestão dos sítios, a inserção da comunidade e demais aspectos notadamente relevantes, além de atentar para a maneira como essas dimensões se materializam na paisagem.

Durante o trabalho de campo, além das percepções paisagísticas, compuseram a construção do conhecimento diversas conversas com moradores locais, turistas, funcionários aduaneiros, guias e gestores que se encontravam nos sítios, de maneira espontânea, devido às dificuldades de contato pelos cuidados de distanciamento social no contexto da pandemia de covid-19. Tal dimensão, o contato espontâneo com quem estava aberto ao diálogo e interessado por nossas atividades, constituiu fator decisivo para as discussões das impressões recolhidas no trabalho de campo. Nesse sentido, constitui também dado qualitativo para a pesquisa, oriundo da percepção e da sensibilidade necessária à aproximação com os objetos estudados.

Para a observação da paisagem dos sítios, utilizou-se dois instrumentos de apreensão paisagística² comuns nos estudos em arquitetura e urbanismo: o Catálogo da Paisagem Urbana (CPU), elaborado pelo grupo de pesquisadores do *Observatorio del Paisaje Urbano*, *Facultad de Arquitectura* da *Universidad Católica de Córdoba* (UCC), Argentina (Peries;

² Uma exposição detalhada sobre a aplicação dos métodos de apreensão paisagística, acompanhado de análise crítica sobre sua contribuição para essa pesquisa, pode ser encontrada em Zanatta, Souza e Kozenieski (2024).

Barraud; Kesman, 2021; Celis; Peries, 2018; Peries *et al.*, 2013) e a metodologia Kohlsdorf de avaliação do desempenho topoceptivo do lugar através do Registro Sequencial da experiência no espaço (Kohlsdorf; Kohlsdorf, 2005).

O CPU é um instrumento de apreensão paisagística dividido em três etapas – Identificação, Caracterização e Valoração – que *“están dirigidas a conocer el estado, los valores, la dinámica y las tendencias del paisaje, en el análisis e interpretación de los resultados obtenidos para abordar la definición de consideraciones de calidad paisagística.”* (Celis & Peries, 2018, p. 101). O instrumento busca contrapor a apreensão da paisagem de maneira abstrata a partir de ferramentas cartográficas, abordando-a de modo vivencial, pelo ponto de vista do observador. A aplicação da fase 1 (Identificação) permitiu entender nuances da paisagem das reduções, caracterizando-as em sua conformação visível e sensorial a partir da identificação dos elementos que a compõem, podendo relacionar os componentes dos três sítios históricos entre si e perceber presenças e ausências de elementos específicos, que serão discutidos posteriormente.

Já a Avaliação Topoceptiva do Lugar tem o intuito de identificar como se dá a percepção ambiental do observador em um percurso, considerando as características compositivas e sensitivas da paisagem. Essa avaliação é obtida através de Registro Sequencial, onde são elencados campos e efeitos visuais pelas percepções do pesquisador, sendo registrados estações (momentos do percurso onde há estímulo visual), intervalos (distâncias entre duas estações) e campos visuais (cenários pertencentes a cada estação). Com isso, identificam-se efeitos visuais resultantes da observação dos efeitos topológicos dos campos visuais e como a intensidade dessas impressões modificam a percepção do percurso analisado (Kohlsdorf & Kohlsdorf, 2005). Esse instrumento permite compreender a diversidade perceptiva do ambiente analisado, considerando a ideia apresentada por Macedo (1993) de que não é possível obter a apreensão completa do espaço a partir de uma só visada, sendo necessária uma sequência de paisagens. Nesse sentido, a premissa é: um percurso de visitação que proporciona diferentes e diversificados estímulos sensitivos permite também uma experiência estética mais intensa com o espaço.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentaremos, primeiramente, os resultados inerentes à aplicação dos instrumentos de pesquisa descritos acima. Depois, trataremos discussões gerais embasadas pelas metodologias e demais percepções obtidas em conversas com guias de turismo,

gestores, turistas e comunidade local, além de nossas próprias observações ao longo do trabalho de campo e da vivência paisagística na fronteira do recorte analisado.

Os elementos de destaque da paisagem dos sítios históricos, obtidos através do instrumento CPU, são formados preponderantemente pelas ruínas das diferentes edificações que compunham a aldeia (Figura 5). O maior destaque, nos três casos, se dá pela fachada dos templos, além dos muros dos claustros anexos a ela. Além disso, nos casos de *San Ignacio Miní* e *Santísima Trinidad del Parana*, os remanescentes dos pavilhões de residências que conformavam as demais arestas da praça central condicionam a experiência espacial e o alcance da visada da paisagem.



Figura 5 – Esquema de organização das reduções jesuítico-guaranis.

Fonte: Autores (2022), baseado em Custódio (2002).

Quanto aos elementos naturais, há a presença marcante do grande campo gramado da praça e dos maciços arbóreos que circundam as ruínas, fazendo pano de fundo para os complexos. Em *Santísima Trinidad*, há diversas palmeiras espalhadas ao longo do sítio, elemento de bastante simbolismo na cultura guarani (Jecupé, 2001), proporcionando singularidade a esse sítio quando comparado à vegetação dos demais.

Por se tratar de uma produção espacial com diretrizes comuns, vários elementos se repetem, mas há também diferenças e idiosincrasias, além de ausências significativas. A maior potencialidade paisagística do sítio de São Miguel Arcanjo relaciona-se à igreja e ao

campanário, pelo impacto visual de sua fachada e a preservação de elementos no espaço interno, como as arcadas e naves da igreja. Entretanto, não é possível, nesse sítio, compreender a organização espacial da redução, pois existem poucos elementos do complexo administrativo, anexo à igreja (primeiro conjunto), e quase nada das residências. Os limites da praça são marcados por pedras no chão e não circundado por ruínas das casas, como nos outros sítios analisados. Em *San Ignácio Miní*, devido a particularidades do próprio processo de ocupação daquele território, onde as ruínas passaram muitos anos tomadas pela mata, sendo sua descoberta relativamente recente, há uma experiência espacial quase completa da organização da aldeia visto que há ainda vários pavilhões de residências que conformam ruas e quadras. Além disso, há detalhes ornamentais do complexo administrativo, como os alpendres dos claustros, varandas, muros e portais, sendo possível observar muitos detalhes da iconografia guarani.

Em *Santísima Trinidad del Parana*, as residências que existem são as que circundam a praça, não conformando um tecido de edificações tão impressionante quanto em *San Ignácio*, mas permitindo uma compreensão mais completa de suas fachadas devido à preservação das arcadas que configuravam as varandas das casas. Em *San Ignácio* vê-se apenas o alicerce dos pilares, sugerindo que também haviam varandas e arcadas naquele sítio. Além disso, em *Santísima Trinidad* há estruturas de uma segunda igreja e seu campanário, elementos não presentes nas outras reduções. Por mais que a fachada da igreja principal não esteja muito preservada, pode-se, desde a entrada do sítio, observar a opulência do espaço interno, ainda hoje rico em detalhes e ornamentações, além da marcação das abóbadas do antigo telhado.

Porém, o que mais chama atenção são os componentes dinâmicos da paisagem. Nos dias de visita, no sítio de *San Ignácio* havia um grande número de turistas e diversos grupos de excursões, gerando elemento de destaque. Nos demais sítios haviam poucos indivíduos concomitantes ao nosso grupo de pesquisadores, não ultrapassando oito pessoas. O maior destaque, entretanto, está em um componente dinâmico percebido apenas no sítio de São Miguel Arcanjo: a presença dos guaranis. Neste sítio arqueológico existe um sistema de rotatividade de vendas de artesanato por famílias guarani no alpendre do museu das missões. Inclusive, há uma casa de passagem nas proximidades do sítio arqueológico onde essas famílias se estabelecem durante seu período de vendas, visto que a reserva indígena se situa cerca de 40km da cidade e não possui transporte todos os dias. Nos demais, não há menção ao povo e não foi percebida presença guarani dentro dos sítios, apenas em algumas bancas de artesanato e alimentos nas ruas de acesso. Tal fato

nos causa curiosidade e reflexões. Ao ser indagado sobre isso, o guia turístico do sítio de *San Ignacio* afirmou que os indígenas de hoje desconhecem a história daquele local ou não se veem como o povo que participou das missões, considerando-se descendentes distantes. Além disso, o guia também afirmou que algumas comunidades aceitam visitas, mas há um problema de diálogo e interpretação da língua nativa, tornando difícil opinar sobre seu atual modo de vida.

Essas questões começam a ilustrar contradições patrimoniais e paisagísticas presentes nos sítios, visto que a própria comunidade que deveria ser herdeira direta desses remanescentes arqueológicos se encontra afastada da dinâmica contemporânea desse patrimônio histórico. A não identificação da presença guarani e os discursos e justificativas ouvidos nos trajetos nos despertam indagações quanto às estratégias de intervenção adotadas pelos órgãos de proteção. Os guaranis desconhecem a história e não se identificam com os sítios ou a maneira como o sítio é cercado e gerido dificulta seu contato com as ruínas? O modo como a história é contada para nós, visitantes, retrata fielmente a realidade do passado? Que sentimentos ou memórias, boas ou ruins, estão envolvidos no vislumbre daquela materialidade? Até que ponto existe uma romantização dos discursos e do material exposto, enquanto fechamos os olhos para a realidade das comunidades indígenas e seus desafios de hoje? Uma guia de turismo de São Miguel, ao ser indagada sobre os castigos empregados na redução, afirmou que eram práticas que aconteceram apenas nos primeiros anos e logo desconversou, mudando o assunto para as características ornamentais dos capitéis da opulenta catedral.

As percepções obtidas a partir do segundo instrumento de apreensão paisagística, a avaliação topoceptiva através do registro sequencial fotográfico do percurso, também trouxe elementos importantes para reflexão, principalmente no que concerne à importância de um olhar integrado para o conjunto das missões.³ No sítio histórico de São Miguel Arcanjo, notou-se restrita variedade de efeitos topoceptivos, a maioria deles concentrados nas ruínas da igreja e do museu das missões. Por não haver muitos resquícios das outras edificações que circundavam a praça, impera o efeito da amplidão espacial, sendo raros os casos de efeitos como envolvimento, direcionamento ou impedimento. O percurso apresenta pouca variação paisagística, apesar de ser perceptível um intuito projetual de preparação para a vista das ruínas, pois seu vislumbre só é possível após subir as escadas do museu das missões, ocasionando um bom estímulo topoceptivo. O restante dos efeitos

³ Devido à limitação de páginas desse trabalho, apresenta-se uma síntese das impressões do instrumento. Os quadros gerais resultados do instrumento, com comentários e identificação dos efeitos topoceptivos de cada estação, podem ser encontrados em Zanatta (2022), páginas 136-155.

se concentra no interior da igreja ou de alguma forma relaciona-se a ela, já que é possível ser vista de todo o sítio arqueológico.

Em contrapartida, no caso de *San Ignacio*, a experiência concentra-se na organização espacial do complexo: apesar do visual impactante da praça e as ruínas dramáticas da fachada da igreja, o destaque topoceptivo está no percorrer as ruas formadas pelos remanescentes de diversos pavilhões de residências, possibilitando a compreensão de como a redução se organizava enquanto aldeia. Atrelado a isso, a presença da vegetação que tomou as ruínas durante as décadas de abandono também proporciona outras diversidades topoceptivas, diferentes da amplidão que domina a experiência de São Miguel.

Já o sítio de *Santísima Trinidad del Parana*, apesar de apresentar um caráter topoceptivo menos diversificado que *San Ignacio*, possui outros elementos que igualmente impressionam. Sentimos, já ao adentrar o sítio, uma aura que induz ao silêncio. As ruínas se apresentam de maneira direta, destacando-se imponentes contra o céu. A praça apresenta um leve aclave em direção à igreja, contribuindo para a sensação de imponentia e intangibilidade do templo. Além disso, o afastamento do cercamento vegetal, que nos outros sítios configura pano de fundo para as ruínas, atribui maior profundidade à perspectiva, gerando maior impacto visual para os visitantes e dando a esse sítio caráter distinto no que diz respeito à apreensão subjetiva do local.

Por mais que os sítios apresentam características comuns, todos possuem particularidades que fazem com que eles se complementem entre si. O sítio de São Miguel Arcanjo, por exemplo, impressiona pela monumentalidade da catedral, sobretudo a fachada e diversos elementos decorativos ainda visíveis. Em *San Ignacio Miní*, experimentamos maior envolvimento espacial devido ao grau de preservação do complexo, sobretudo as residências e os claustros dos pátios internos anexos à igreja, tornando compreensível o ordenamento da aldeia. Em *Santísima Trinidad* vemos elementos singulares, como as arcadas das fachadas das residências e a imponentia da catedral, descrita por Gutierrez (1987) como a expressão máxima da arquitetura das reduções devido à sua escala e primor dos elementos decorativos.

A configuração dos remanescentes também condiciona a diversidade da paisagem das reduções: os sítios de *San Ignacio* e *Santísima Trinidad* proporcionam mais momentos de envolvimento espacial, enquanto em São Miguel impera a sensação de amplitude visual. No que tange à legibilidade em relação ao espaço urbano, São Miguel e *Santísima Trinidad* se apresentam imediatamente a partir da rua de acesso, enquanto *San Ignacio* conta com área de amortecimento entre a cidade e o sítio arqueológico, sendo necessário percorrer

um caminho ajardinado antes de chegar às ruínas. Vale ressaltar que os três encontram-se inseridos nas malhas urbanas dos respectivos municípios, sendo São Miguel e *San Ignacio* na área central das cidades e *Santísima Trinidad* um pouco afastada das avenidas principais, em vias de hierarquia secundária.

Quanto à experiência paisagística, temos indícios da potencialidade de uma maior aproximação entre esses sítios históricos. Por mais que realizamos diversos estudos históricos e o reconhecimento das ruínas através de fotos e aplicativos de visualização, tivemos pouca compreensão do conjunto e da organização da redução ao visitar o sítio de São Miguel Arcanjo. Tal impressão foi sanada quando visitamos *San Ignacio*, onde pudemos entender a formação das ruas, a delimitação da praça e a escala desse elemento central da organização das reduções. Já em *Santísima Trinidad*, percebemos o esplendor da arte e da arquitetura presente no conjunto, completando a experiência espacial dos remanescentes arqueológicos.

Em termos de contemporaneidade, um dos aspectos que chamou atenção foi a não identificação de presença do povo guarani, elencado no instrumento do CPU. Como narramos, em São Miguel há a presença de guaranis na venda de artesanato na varanda do museu das missões. Em visita técnica com gestores, descobrimos que há um projeto de inserção da comunidade como guias de turismo, em processo de implantação. Espera-se com isso que os guaranis possuam outra fonte de renda a partir do sítio histórico, para além do artesanato, e também a possibilidade de conhecer a história a partir da narrativa dos povos envolvidos, o que pode contribuir e até modificar a percepção espacial, social e histórica das ruínas.

Vale lembrar a fala do guia de turismo de *San Ignacio Miní*: ao ser indagado quanto à presença do povo guarani, argumentou que muitos indivíduos desconhecem a história ou que as comunidades de hoje se veem descendentes distantes daqueles que participaram das reduções, não clamando para si maior envolvimento ou interesse no sítio arqueológico. Além disso, relatou problemas de diálogo com a comunidade. Porém, na rua em frente à bilheteria de acesso havia diversas bancas de venda de alimento e artesanato com presença guarani, o que indica o interesse em participar dessa dinâmica, ao menos de maneira econômica. Em *Santísima Trinidad* não foi ofertado serviço de guia de turismo, mas tivemos a oportunidade de assistir a um vídeo promocional sobre o sítio histórico. Este destacou aspectos historiográficos e citou a inserção da comunidade local, evidenciando como parte dessa vive do turismo das ruínas, além de dizer que o sítio é “*el patrimonio más importante de Paraguay*” – o único do país inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da

UNESCO. Também vimos uma banca de venda de alimentação e artesanato na rua de acesso ao sítio.

Todas essas percepções fizeram questionar o modo como é realizada a inserção (ou afastamento) dos povos guaranis com esses patrimônios. Mesmo que aceitássemos a justificativa do guia de turismo de *San Ignacio*, consideramos que os sítios pertencem também aos povos guaranis. Não há como recuperar a cultura indígena que construiu essa experiência social no interior da bacia do Prata, mas pode-se debater a construção (e destruição) dos vínculos, questionando a quem e a quem serve aquele patrimônio. Por isso, torna-se necessário considerar o papel de cada ator social envolvido nas políticas de gestão e intervenção dos objetos patrimoniais. Se não houver políticas públicas que viabilizam e incentivam a aproximação desses povos com seus patrimônios, continuar-se-á invisibilizando a memória dos “vencidos” e afastando esses atores sociais chaves da sua relação com o sítio histórico.

Nas visitas técnicas junto à secretaria de turismo de São Miguel também descobrimos indícios relevantes sobre a atuação pública no local. Primeiramente, todo o valor da visitação nos sítios arrecadado na bilheteria é repassado para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cabendo ao órgão promover projetos de retorno dessa verba. O que mais ocorre são projetos de manutenção e pesquisas arqueológicas. Para o município de São Miguel das Missões fica apenas a verba arrecadada a partir do espetáculo de Som e Luz, que ocorre todas as noites no interior do sítio arqueológico. Esse espetáculo conta com performances luminotécnicas e sonoras, com texto gravado em 1978 e não modificado desde então. Em 2011 houve o último aprimoramento dos equipamentos, atualizando luminárias e maquinários de som.

Além dessa arrecadação, a gestão local busca apoio financeiro através de editais de apoio cultural e patrimonial em diferentes órgãos, seja pelo governo federal, estadual, organizações não governamentais (ONGs) ou agências privadas. Esses editais proporcionam intervenções pontuais (como a melhoria das praças da cidade, através do projeto Avança Turismo do governo do estado do Rio Grande do Sul) de acordo com a disponibilidade da agência de fomento, o que dificulta a elaboração de um macro planejamento com estratégias de intervenção que mobilize e insira toda a comunidade. Falta apoio financeiro direto e integrado, respaldado por planejamento completo e objetivo do que fazer com o patrimônio missioneiro.

Os procedimentos burocráticos do IPHAN e suas políticas de preservação cultural impedem algumas iniciativas dos gestores locais que vão de encontro com as diretrizes do

instituto do patrimônio, gerando descompassos entre a administração local e a instituição nacional. Descobrimos também que existem aproximações entre as gestões locais dos demais sítios argentinos e paraguaios, que propõem estratégias de atuação através da criação de roteiros integrados de visitação, envolvendo, inclusive, parcerias com aeroportos e outros modais de transporte coletivo. Através desse e outros exemplos narrados pelas guias e a secretária de turismo, identificamos que se tratam de iniciativas espontâneas dos gestores locais, não respaldadas em macro projetos de políticas públicas com vistas à valorização patrimonial.

No que diz respeito aos órgãos internacionais, temos relatos de que a UNESCO foi responsável pelos projetos iniciais de intervenção nos sítios quando os inseriu na sua Lista do Patrimônio Mundial, como limpeza, consolidação estrutural das ruínas e pesquisas arqueológicas para contribuição científica.⁴ Indagados sobre a inscrição dos sítios arqueológicos na lista de Patrimônio Cultural do Mercosul (Mercado Comum do Sul), através do Parlamento Cultural do Mercosul (PARCUM), todos os profissionais disseram que nenhuma iniciativa é feita pelo órgão. Falas como “o Mercosul é muito desenvolvido para muita coisa, mas não para o patrimônio” e “o Mercosul possui infraestrutura bem avançada, mas não para políticas patrimoniais”, ditas por profissionais de cargos distintos em dias distintos, marcaram nossa memória e são ilustrativas da ausência de maiores iniciativas por parte do órgão sul-americano.

Outro aspecto relevante que tivemos conhecimento foi acerca da relação com a comunidade. Antes do reconhecimento do IPHAN e da UNESCO, havia maior liberdade de atuação no sítio (inclusive práticas antipatrimoniais de saques das pedras das ruínas para construção de residências dos moradores, onde estima-se que muitos remanescentes materiais foram perdidos). Porém, os órgãos foram bastante radicais em suas diretrizes, tornando os bens quase intocáveis e colocando diversas leis sobre as cidades (como o limite de altura das edificações, que não podem ser maiores do que a cota máxima do campanário), condicionando a relação da comunidade com os sítios arqueológicos. Com a educação patrimonial através de projetos político-pedagógicos das escolas e comunidade em geral, a relação está melhorando. A secretária de turismo informou que a população local foi bastante impactada quando o sítio ficou sete meses fechado em função da pandemia de covid-19, ocasionando a interrupção das atividades turísticas e a percepção, por parte da população, de como essa atividade movimenta o comércio local.

⁴ Em Gutierrez (1987) pode-se encontrar um resumo sobre os primeiros trabalhos de intervenção realizados pela UNESCO na época do reconhecimento dos sítios arqueológicos na Lista do Patrimônio Mundial.

Nessa seara, identifica-se que o impacto do IPHAN e da UNESCO foi significativo na maneira como a comunidade se relaciona com as ruínas, gradativamente agregando mais valorização, mas que, hoje, não dão o apoio necessário para a sua manutenção. Como teóricos e pesquisadores do patrimônio, por mais que ficamos contentes em ver que o sítio histórico conta com profissionais capacitados e apaixonados pela causa patrimonial, proativos e com vontade de divulgar e valorizar os bens que estão ali, também nos preocupamos que a falta de incentivo pelo poder público acabe frustrando as expectativas desses profissionais e da própria comunidade. Até quando o sentimento pela causa patrimonial será suficiente, se não há estratégias de desenvolvimento social baseado na valoração patrimonial por parte do poder público?

Nesse cenário, parece que uma potencialidade de ação seria a aproximação entre os sítios históricos, buscando estratégias conjuntas de atuação, como vem sendo feito de maneira espontânea pelos gestores locais. Porém, aqui identificamos outro problema. A divulgação presente nos três sítios históricos restringe-se às suas ruínas nacionais. A paisagem dos sítios, isoladamente, não expressa o conjunto internacional. O museu de São Miguel concentra exemplares de arte sacra dos sete povos das missões em território brasileiro. Iniciativa semelhante ocorre nos museus dos sítios de *San Ignacio* e *Santisima Trinidad*, que concentram artefatos das reduções de seus territórios nacionais. Em nenhum dos três museus há uma noção de conjunto, seja através de mapas mostrando a localização dos 30 povos, seja o intercâmbio de artefatos de outras regiões, ou narrativas de algum tipo de aproximação. Os únicos indícios são as falas dos guias de turismo, mas nem todos mencionam o conjunto dos 30 povos, o que demonstra ainda mais a fragilidade de uma visão integrada e raiana para esses remanescentes.

Novamente, eis outra contradição. Por mais que a paisagem dos sítios e seus elementos perceptíveis não expressam uma visão de conjunto, nas conversas com indivíduos que trabalham em estabelecimentos de atendimento às demandas do turismo (restaurantes, hotéis) descobrimos que vários argentinos visitam o sítio de São Miguel, vários brasileiros e paraguaios visitam o sítio de *San Ignacio* e vários argentinos e brasileiros se fazem presentes em *Santisima Trinidad*. Mesmo com a falta de incentivos através de políticas públicas e a consequente materialização opaca desse elo entre os três países, identificamos práticas transfronteiriças que se relacionam aos sítios históricos das missões, demonstrando indícios do seu potencial raiano para o desenvolvimento regional.

Essas informações encaminham para algumas discussões voltadas à investigação de um possível elo raiano nessa faixa de fronteira. Inicialmente, pensamos não haver relação

raiana no recorte analisado. Depois, a partir da vivência na fronteira, pensamos que os sítios históricos não configuravam um elemento de ligação, visto que essa dimensão não se materializava na paisagem dos sítios. Porém, com as informações obtidas junto à população local, interpretamos essas dinâmicas a partir de um terceiro caminho. A maior dificuldade para a integração transnacional está nas políticas públicas de atuação espacial e não na esfera da comunidade em sua relação com o patrimônio: o poder público dos países e as suas estratégias de gestão materializadas nos sítios não incentivam a relação raiana baseada na gestão conjunta e no turismo cultural. Mesmo com iniciativas espontâneas das administrações locais, as gestões ainda apresentam aproximação demasiado incipiente para conformar, de fato, uma estratégia conjunta de gestão patrimonial. Existem ideias e iniciativas, mas o maior poder de decisão encontra-se em instâncias que estão muito longe dos sítios históricos.

Em contrapartida, não se pode negar que há uma raia em potencial, visto que todos os elementos existem: o potencial histórico e estético para o turismo, a continuidade paisagística, a valoração e envolvimento da população, a vontade de serem vistos como um conjunto. Mesmo com a deficiência de atuação pública materializada na paisagem, existe um intercâmbio cultural baseado na visita internacional dos sítios. Incentivar o intercâmbio com políticas transnacionais não poderia promover o desenvolvimento dessa região? Infelizmente falta um olhar integrado a partir de macro projetos de planejamento que consideram a paisagem e o patrimônio como elementos de desenvolvimento territorial. Atrelado a isso, há a omissão do poder público, ou a incapacidade do poder público de olhar para os seus patrimônios como elementos protagonistas de relações sociais e econômicas.

Outro aspecto que merece ser discutido é a atuação dos órgãos internacionais: a própria UNESCO, ao inscrever apenas alguns dos sítios arqueológicos na lista do Patrimônio Mundial, potencializa a fragmentação do conjunto missioneiro e o distanciamento entre as gestões nacionais. Analisado por essa perspectiva, pode-se inclusive refletir se faz sentido apropriar-se da inscrição da UNESCO como *marketing* territorial para o conjunto das missões: não negamos a importância do reconhecimento, mas o modo como que esse reconhecimento foi realizado acarreta uma fragmentação ainda maior do conjunto missioneiro. Se todos os sítios históricos fossem alvo de interesse e investimentos do órgão, talvez seria mais fácil promover a coesão territorial e o desenvolvimento da região baseado no trânsito fronteiriço para a visita aos sítios, visto que o foco estaria no processo social da experiência jesuítico-guarani e não somente na opulência visual e na expressão material dos remanescentes arqueológicos. Tal iniciativa

poderia potencializar a importância do turismo no panorama econômico da região e, como consequência, o desejo de maior envolvimento da comunidade, mais responsabilização e luta pela proteção dos elementos patrimoniais. Não havendo esse interesse pelo órgão, não faria mais sentido valorizar as considerações espontâneas das populações e promover projetos próprios, regionais, de intervenção e divulgação desses patrimônios? Infelizmente, novamente não há instrumentos para isso nas políticas públicas nacionais.

No que diz respeito à vivência na fronteira, não parece haver esforços para que ela não seja interpretada como um limite entre os territórios. Na experiência de atravessar a fronteira, essa se caracterizou efetivamente como um limite da nossa vivência de mundo. Na aduana, se algum funcionário negasse nossa passagem, só poderíamos imediatamente virar e voltar. Por mais que a fronteira seja calma, sem guerras, não deixa de ser uma geometria de poder, onde o que acontece não depende da nossa vontade ou das nossas intenções como pesquisadores ou turistas. Além disso, as ligações rodoviárias são precárias, com péssimas condições de sinalização e pavimentação, principalmente no lado brasileiro, o que desestimula o trânsito nessa margem do território. Adentrando o lado argentino há um bom sistema de sinalização, muitas delas indicando o caminho às missões, mas, na direção oposta, nada menciona a continuidade com as reduções brasileiras.

Vale destacar que nossa experiência foi marcada por procedimentos burocráticos de travessia, principalmente exigências relacionadas aos cuidados sanitários da pandemia de covid-19. Foi um momento singular e atípico, mas os procedimentos escancaravam um despreparo e até um sentimento de “não atravesse”. Claramente, não havia uma pedagogia raiana que facilitasse o trânsito: a passagem foi marcada por falta de informações, informações imprecisas, os sítios eletrônicos não eram intuitivos e sempre parecia faltar algum documento ou formulário a ser preenchido. Na travessia, os profissionais mal olhavam ou forçavam um exercício de intimidação. Por que nações que se consideram irmãs promovem essa demonstração desnecessária de poder? A fronteira, na nossa experiência, se caracterizou como um campo silencioso de disputa, marcado pelo completo descaso, em áreas onde não havia ponto aduaneiro, ou uma muralha quase intransponível, quando a burocracia configurava um limite para a nossa passagem. A falta de uma visão raiana condicionou a experiência paisagística nessa área de limite entre os territórios nacionais.

Como essa conjuntura modifica o sentido dos patrimônios raianos? Nosso objetivo, como pesquisadores, era visitar os sítios históricos, ver os resquícios dessa relação humana com o espaço, resultado de uma época em que nem existiam os governos que

hoje fragmentam aquele recorte espacial. Gostaríamos de ter uma experiência paisagística mundana, aceitando que a paisagem não admite fronteiras políticas. Se esse recorte espacial tivesse um histórico de iniciativas de aproximação entre as pessoas, provavelmente tal experiência mundana seria facilitada. Em vista disso, defende-se a necessidade de olhar para a fronteira mais atentos às práticas sociais, às identidades e às vontades das pessoas.

Mesmo com todos os percalços apresentados, é perceptível a valorização e a influência desses patrimônios na constituição da identidade da população local. Entre donos e funcionários de hotéis, frentistas, garçons e funcionários públicos, identificamos afetos e cuidados com a história contida nas ruínas, bem como o desejo de que esse legado seja conhecido, valorizado e vivenciado. Os órgãos nacionais e internacionais devem promover políticas que valorizam essa interação na fronteira, baseadas no diálogo, na aproximação e no incentivo à passagem e à paisagem. Na escala local, as iniciativas devem envolver não só a conservação arqueológica, mas sim tudo que está no entorno dos sítios, integrando as pessoas nessas paisagens em termos sociais, culturais e econômicos: ao investir na conservação de um elemento, a gestão pública também deve criar mecanismos para que a comunidade lute pela valorização daquele elemento.

A abordagem da raia traz consigo essa potencialidade de olhar o espaço da fronteira a partir das pessoas e suas paisagens. Em Assunto (2013), encontramos a crítica de que o advento econômico induz a confusão entre paisagem e espaço, onde esse pode ser transformado de qualquer maneira, produzindo uma crise social que faz os indivíduos se distanciarem da experiência paisagística como componente essencial de suas vivências. A educação paisagística (educar para entender a paisagem e viver paisagisticamente) traz a ideia de apreciar esteticamente o espaço da vida e perceber nuances das relações espaciais que vão de encontro com a vida humana. É ajuizar, para além do que vemos na paisagem, os nossos laços com as pessoas, com os lugares, com a natureza. Assim, o resultado da apreciação estética deve ser a ética social, patrimonial e ambiental. A natureza e as marcas da cultura trazem consigo um valor moral. Por isso, o poder público tem o dever de atuar na proteção desses lugares. Atrelado a isso, as políticas de proteção devem considerar os valores e vínculos afetivos que as comunidades construíram com seus patrimônios e suas paisagens.

As missões jesuítico-guaranis são um dos diversos exemplos de patrimônios que não dizem respeito apenas a uma ou outra comunidade: sua escala abrange três Estados nacionais que produziram suas identidades e seus vínculos de maneira distinta. Assim, as

missões são um exemplo de patrimônio raiano por excelência, mas que ainda não são vistas de maneira integrada pelas ações de proteção patrimonial. Encontramos em diversos documentos patrimoniais o discurso de uma atuação integrada, mas a paisagem que se expressa não demonstra essa integração. Por isso, eis a importância de lutar pela dimensão paisagística nas políticas públicas: se as políticas públicas considerarem apenas o espaço como elemento para a atuação territorial, e não a paisagem como fator de desenvolvimento social, perde-se a dimensão simbólica dos valores e afetos construídos pelas comunidades envolvidas.

Considerar a dimensão paisagística pode, inclusive, auxiliar no entendimento da constituição das identidades das populações de áreas fronteiriças. Machado (2005) discute que o intercâmbio de experiências extraoficiais em áreas de fronteira pode estabelecer relações que, muitas vezes, não condizem com os governos centrais e seus projetos políticos. Nesse sentido, as experiências de campo mostraram que as comunidades possuem considerações raianas muito mais avançadas do que aquelas expressas na paisagem dos sítios, ocasionando um descompasso entre a identidade das pessoas e a materialização espaço-territorial dos sítios históricos. A esse descompasso pode-se atribuir o distanciamento da dimensão paisagística nas políticas públicas de desenvolvimento.

Por fim, afirmamos que a continuidade das paisagens e produções culturais comuns possuem o potencial de aproximar povos geometricamente separados por acordos políticos. Além disso, a herança cultural e as ruínas das missões podem servir como elementos bases para políticas de integração transnacional na região analisada, não só por seu potencial turístico e educativo, mas também devido aos valores atribuídos pelas populações locais que possuem nesses elementos vinculações culturais e identitárias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo procurou evidenciar o papel da paisagem na interpretação de dinâmicas geográficas e de elementos do patrimônio histórico e artístico em áreas de fronteira, aplicando tal análise a três sítios históricos dos trinta povos das missões jesuítico-guaranis da Companhia do Paraguai. Os resultados apresentaram aproximações incipientes entre as gestões dos sítios históricos, mas, em contrapartida, entende-se que as comunidades que vivem próximos a esses patrimônios possuem vinculações afetivas maiores do que nos expressam as paisagens dos sítios históricos, conformando um descompasso entre a atuação espacial e o sentimento das populações.

Assim, a conclusão é que as paisagens dos sítios não se aproximam porque não há uma raia consolidada: ela apresenta-se como possibilidade de desenvolvimento regional na faixa de fronteira indicada, mas as políticas públicas existentes ainda não dão conta de promover tal relação transnacional. Nisso, percebe-se grande deficiência das políticas públicas no que concerne à inserção da visão paisagística nos planejamentos de desenvolvimento territorial. A negação da paisagem enquanto categoria de interpretação e leitura do espaço acaba nos afastando da visão da fronteira como recorte espacial que pode abarcar relações de continuidade entre as populações.

O percurso conceitual e metodológico aplicado na construção dessa pesquisa evidenciou o potencial de encontro entre a ciência geográfica e o campo da arquitetura e urbanismo, produzindo discussões ricas e atuais, que merecem ser desenvolvidas, encorajadas e continuadas. Assim, criticamos práticas de interpretação parcelada do mundo e demonstramos que a interdisciplinaridade das investigações acadêmicas pode trazer discussões que determinado campo não daria conta sozinho, ou, no mínimo, resultaria em conclusões diferentes. Nessa seara, destaca-se a contribuição desses procedimentos metodológicos para a ciência geográfica, pois o pragmatismo dos métodos pode auxiliar as leituras do espaço nos trabalhos de geografia, visto que demonstra ao leitor de onde surgem as impressões problematizadas e como foram feitas as imersões espaciais que embasaram as discussões dos trabalhos.

Destaca-se também a utilização do conceito de raia para a discussão de relações fronteiriças. Tal abordagem surgiu na década de 1990 na península ibérica e de alguma forma perdeu força nos últimos anos. As narrativas dos desafios e frustrações do trabalho de campo denunciam a falta do olhar para o espaço fronteiriço na perspectiva da integração e como a abordagem da raia não se faz presente nas estratégias de atuação territorial, pois os Estados dificultam o trânsito na fronteira e, conseqüentemente, a vivência paisagística do mundo.

Por fim, argumenta-se que a fronteira precisa ser vista enquanto investimento. Ao investir na dimensão paisagística como elemento de desenvolvimento territorial, valorizar-se-á os patrimônios, identidades e memórias das comunidades que vivem em áreas de fronteira. No contexto sul-americano, em quase todas as zonas de fronteira dos países são identificados desenvolvimentos opacos. A lógica da raia pode se configurar como uma potencialidade teórico-metodológica para pensar o desenvolvimento social e econômico desses recortes espaciais. Dessa forma, defende-se que a paisagem pode e deve ser um elemento central das ações de gestão e planejamento do Estado. É preciso começar a

pensar o futuro a partir da paisagem, olhando para as pessoas, os patrimônios e as comunidades e, a partir disso, pensar como esses aspectos podem ser tomados como base para políticas de atuação territorial que respeitam a vida, a identidade e a diversidade da cultura.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) pela concessão de bolsa institucional de mestrado ao primeiro autor; pelo apoio ao projeto de pesquisa “Paisagem e Fronteira: Geografias da Raia Internacional Sul-rio-grandense” e pelo recurso financeiro obtido através do Edital N° 89/GR/UFFS/2022 para o subprojeto “O sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) aplicado ao estudo das paisagens das Missões Jesuítico-Guaranis entre Brasil, Argentina e Paraguai”, coordenados pelo segundo autor. Também, à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) pela bolsa de doutorado ao primeiro autor, Edital FAPES 14/2023 (PROCAP 2024), permitindo a continuidade dos estudos. Ao Grupo de Pesquisa em Geografia e Gênero, Natureza e Vida Cotidiana (GENVI/UFFS) e ao Laboratório Patrimônio e Desenvolvimento (Patri_Lab/UFES).

REFERÊNCIAS

- AB’SABER, A. N. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. 160p.
- ASSUNTO, R. A paisagem e a estética. In: SERRÃO, A. V. (Org.). **Filosofia da Paisagem**. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p. 341–375.
- BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 84–91, 2004.
- BESSE, J. M. **O Gosto do Mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. 234p.
- BOSA, E. **Raia e Conservação Ambiental**: uma análise sobre a fronteira Rio Grande do Sul/Brasil – Misiones/Argentina. 2019. 78 f. Monografia (Trabalho de Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.
- BRASIL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009. 17p.
- CELIS, R. R.; PERÍES, L. Valoración sensible del paisaje urbano: la experiencia del parque Sarmiento en la ciudad de Córdoba. **Arquetipo**, n. 56, p. 97–111, 2018.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. 407p.

CORDEIRO, T. **A Grande Aventura dos Jesuítas no Brasil**. São Paulo: Planeta, 2016. 256p.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 219–238.

CUSTÓDIO, L. A. B. **A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missioneira**. 2002. 199 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GUTIERREZ, R. **A Missões Jesuíticas dos Guarani**. Rio de Janeiro: UNESCO, 1987. 110p.

JECUPÉ, K. W. **Tupã Tenondé: a criação do Universo, da Terra e do Homem segundo a tradição oral Guarani**. São Paulo: Peirópolis, 2001. 112p.

KOHLSDORF, M. E.; KOHLSDORF, G. **Dimensões morfológicas dos lugares**. Dimensão topoceptiva. Brasília, 2005. 17p.

MACEDO, S. S. **Paisagem, Urbanização e Litoral - do éden à cidade**. 1993. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MACHADO, L. O. Estado, territorialidades, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Continentes em Chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 246–284.

O'MALLEY, J. W. **Uma História dos Jesuítas: de Inácio de Loyola a nossos dias**. São Paulo: Edições Loyola, 2017. 144p.

OLIVEIRA, J. P. de; FREIRE, C. A. R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006. 272p.

PERÍES, L.; BARRAUD, S.; KESMAN, M. C. La caracterización de componentes paisajísticos en los catálogos de paisaje urbano. **Estoa**, Córdoba, v. 10, p. 98-101, 2021.

PERÍES, L.; OJEDA, B.; KESMAN, C.; BARRAUD, S. **Procedimientos para un catálogo del paisaje urbano**. 1a ed. Córdoba: I+P Editorial, 2013. 52p.

QUEVEDO, J. **A Guerra Guaranítica**. São Paulo: Editora Ática, 1996. 22p.

SEBE, J. C. **Os Jesuítas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. 84p.

SERRÃO, A. V. Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada? **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 7–27, 2013.

SIMMEL, G. **Filosofia da Paisagem**. Covilhão: LusoSofia Press, 2009. 18p.

SOSTER, S. S. **Missões Jesuíticas como Sistema**. 2014. 260 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

SOUZA, R. J. de. **O Sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) aplicado ao estudo sobre as dinâmicas socioambientais em Mirante do Paranapanema-SP**. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2010.

SOUZA, R. J. de. **Raia Divisória ou Raia Socioambiental? Uma (re)definição baseada na análise da paisagem através do sistema GTP**. 2015. 166 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente, 2015.

SOUZA, R. J. de. Paisagem e lugar: alicerces de uma outra política. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 380–393, 2018.

ZANATTA, Y. P. **Paisagem, patrimônio e políticas públicas: as missões jesuítico-guaranis como elo raiano na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai**. 2022. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2022.

ZANATTA, Y. P.; SOUZA, R. J. de; KOZENIESKI, É. M. Métodos de apreensão paisagística aplicados em sítios históricos das Missões Jesuítico-Guaranis: contribuição a trabalhos de campo em Geografia. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.18, p. 1-32, 2024.

Recebido: 03/07/2025

Aceito: 17/10/2025